



1 **Ata da 57ª Reunião Ordinária do CERH**

2

3 **CONSELHEIROS PRESENTES**

4 Celso Albuquerque – representante titular da SDE

5 Leonardo S.B. Porto Ferreira – representante suplente da SDE;

6 Bento Garcia - representante titular da SAR;

7 Ana Cristina Pinheiro do Prado - representante titular da SES;

8 Ricardo Cordeiro Comelli - Batalhão da Polícia Militar Ambiental

9 Patrice Juliana Barzan – representante titular da CASAN;

10 Raphael Ewaldo de Souza - representante suplente da CASAN;

11 Carline Führ – representante titular do IMA;

12 Prof. Héctor Raul Muñoz Espinosa - representante titular da ACAFE;

13 Rogério Bardini – representante titular da ACID;

14 Adilson Pinheiro - representante titular da ABRH;

15 Guilherme Miranda Junior – representante suplente da ABRH;

16 Ricardo Marcelo de Menezes - representante titular do FCCBH;

17 José Magri - representante titular da FIESC;

18

19 **OUTROS REPRESENTANTES/CONVIDADOS**

20 Gisele de Souza Mori – Gerente de Outorga e Controle de Recursos Hídricos;

21 Vinicius T. Constante – Gerente de Planejamento DRHS/SDE;

22 Aline Antunes – Consultora do Comitê Camboriú;

23 Ketlin – Consultora do Comitê Itapocu

24 David - Presidente do Sindicato dos trabalhadores rurais e da agricultura familiar de Turvo

25 Fernando Preve – Presidente do Comitê Urussanga

26 Miriam da Conceição Martins – Vice-Presidente do Comitê Urussanga

27 Gilmar Capelari – Presidente do Comitê Camboriú

28 Rubia Girardi – Consultora do Comitê Itajaí

29 Lara Wessler – Comitê Urussanga

30 Vinicius Ragghianti – Consultor Comitê Urussanga

31 Rose Maria Adami - Consultora Comitê Urussanga

32

33 **INÍCIO: 14:10h TÉRMINO: 18:20h**



34

35 Às quatorze horas e dez minutos do décimo sétimo dia do mês de dezembro de dois mil e vinte,
36 utilizando a ferramenta de conferência remota Google Meet, reuniram-se os membros acima
37 nominados para discutir, conforme a ordem do dia, os seguintes assuntos:

38

39 **Abertura:**

- 40 ● Aprovação da Ata da 56ª Reunião Ordinária do CERH;

41

42 **Assuntos:**

- 43 ● Apresentação da Plano de Bacia do Urussanga e Ratificação da parte estratégica do
44 Plano pelo CERH (minuta de Resolução CERH nº 48 de 2020);

- 45 ● Indicação de representantes para compor o grupo de trabalho para acompanhamento,
46 monitoramento e controle da execução do plano de capacitação Progestão / Procomites
47 (membros SDE e CERH) - Portaria SDE.

- 48 ● Minuta de Resolução CERH nº 47 de 2020 - Cria a Câmara Técnica de Segurança
49 Hídrica.

- 50 ● Minuta de Resolução CERH nº 44 de 2020 - Revoga as Resoluções Conjuntas
51 CERH/SEMA nº 39 e 41/2020

- 52 ● Calendário Anual 2021 - Proposta de calendário anual 2021 - 25/02 - 29/04 - 24/06 -
53 26/08 - 28/10 e 09/12.

54 **Assuntos gerais**

- 55 - Informes Regimento internos dos Comitês e do CERH

- 56 - Lançamento do Sistema de Outorga em janeiro de 2021 (etapa automática do sistema)

57

58 Com início às 14:10 horas, o Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável,
59 Sr. Celso Albuquerque, abriu a reunião dando boas vindas e agradecendo a presença de todos.
60 Após a apresentação de todos os presentes, o Diretor de Recursos Hídricos e Saneamento Sr.
61 Leonardo S.B. Porto Ferreira realizou a leitura da pauta da 57ª Reunião Ordinária, e seguiu
62 para o item de abertura, sobre a **Aprovação da Ata da 56ª Reunião Ordinária do CERH**. A
63 Sra. Patrice lembrou da necessidade da presença do Presidente do CERH na reunião ou
64 verificou a possibilidade dos conselheiros presentes elegerem um representante para presidir a
65 reunião. O Sr. Celso de Albuquerque agradeceu o apontamento, mas lembrou que era
66 Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável em exercício e, portanto,
67 presidente do CERH. A seguir, não havendo a necessidade de leitura da Ata e não havendo
68 sugestões de alterações, o Diretor Leonardo colocou a Ata da 56ª Reunião Ordinária do CERH
69 em votação, que foi aprovada pelos conselheiros presentes. Seguindo para o próximo item da
70 pauta, o Diretor Leonardo explanou brevemente sobre o processo de elaboração do Plano de
71 Bacia do Urussanga e passou a palavra para o Consultor do Comitê Urussanga, **Sr. Vinicius**
72 **Ragghianti, para apresentar o Plano de Bacia que foi elaborado pelo Comitê Urussanga**
73 **e equipe consultora**. Após a apresentação, o Diretor Leonardo abriu a palavra aos



74 Conselheiros para manifestações. O Prof. Héctor parabenizou o Consultor Vinicius Ragghianti
75 e sua equipe, pela qualidade da apresentação e do Plano elaborado. Em seguida, atentou para
76 ausência de algumas referências no volume de Diagnóstico, indagando caso estas teriam sido
77 conclusões de um Geólogo participante da equipe consultora. O Prof. Héctor comentou sobre
78 a riqueza de dados de qualidade de água naquela bacia, mas da ausência de dados sobre vazão,
79 dificultando a estimativa da carga poluente. Seguiu apontando alguns detalhes a serem
80 corrigidos e finalmente questionou sobre a recomendação da Q90 como vazão de referência.
81 O Consultor Vinicius Ragghianti agradeceu os comentários e respondeu que esta foi a
82 recomendação resultante de oficinas com os membros do Comitê e SDE. Explicou que a equipe
83 continha um Geólogo mas iria atentar para o apontamento das referências no Diagnóstico; e
84 falou sobre o cálculo indireto realizado para a carga orgânica. Em seguida, o Prof. Adilson
85 parabenizou a equipe consultora e concordou com o Prof. Héctor na questão do Q90, dizendo
86 se preocupar por achar que esta referência não otimiza o recurso hídrico. Indagou se não teria
87 sido mais interessante distribuir alguns usos na faixa do Q95 e outros na faixa do Q90, já que
88 as condições de demanda para determinados usos podem ser diferentes. O Consultor Vinicius
89 Ragghianti agradeceu o apontamento e disse não ter certeza quanto aos procedimentos futuros
90 sobre esse assunto, mas explicou que os riscos da utilização da Q90 como referência foram
91 apresentados ao órgão colegiado que possui o poder de decisão. O Diretor Leonardo
92 complementou que os critérios de outorga são submetidos pelo Comitê ao Conselho para
93 aprovação, portanto essa proposta apresentada pelo Consultor Vinicius Ragghianti foi discutida
94 de forma participativa pelo Comitê e equipe técnica, mas ainda aguarda a aprovação. O Prof.
95 Héctor disse entender que a discussão naquele momento se refere à parte estratégica do Plano
96 propriamente dito, enquanto que os critérios de outorga passarão futuramente para análise da
97 Câmara Técnica específica do Conselho. O Diretor Leonardo e o Consultor Vinicius
98 Ragghianti concordaram. O Conselheiro Guilherme Miranda parabenizou o trabalho elaborado
99 e primeiramente apontou algumas inconsistências entre os volumes do Plano, como por
100 exemplo a área da bacia, o que poderia afetar o restante da análise; e o método utilizado para
101 as áreas de preservação permanente. Quanto à regionalização das vazões diárias, o Sr.
102 Guilherme atentou que em alguns casos o erro assumido foi maior que a própria vazão do curso
103 d'água; e quanto ao cadastro de usuários, atentou que a grande maioria dos cadastros não entrou
104 no balanço, já que a equipe consultora apenas utilizou os cadastros que haviam sido aprovados.
105 O Consultor Vinicius Ragghianti respondeu que, em tese, o cálculo elaborado pela equipe
106 consultora considera também os cadastros que não haviam sido avaliados por assumir uma
107 vazão de referência, mas o Sr. Guilherme acha que o método utilizado precisaria ser revisado; e
108 mostrou preocupação quanto aos dados da Tabela 37. O Prof. Héctor concorda e complementa
109 que o cadastro de usuários é o grande problema de praticamente todos os Planos de Bacia; e
110 acha o método de reconstituição das vazões diárias além da realidade, apesar de respeitar os
111 profissionais que o desenvolveram. O Sr. Guilherme sugeriu que, como a equipe da SDE
112 participou do processo de elaboração do Plano de Bacia em questão, seria coerente os
113 Conselheiros Secretário Celso e Diretor Leonardo não votarem quanto à ratificação do mesmo
114 – os quais concordaram; e finalizou atentando para necessidade de uma melhor estimativa dos
115 custos das ações setoriais e de planejamento. A Conselheira Patrice questionou se, após os
116 questionamentos dos Conselheiros na qualidade de hidrólogos, não seria mais interessante
117 revisar o Plano antes de colocá-lo em votação no Conselho. Antes de responder, o Diretor
118 Leonardo passou a palavra para o Gerente da SDE Vinicius Constante. Quanto ao cadastro de
119 usuários, o Sr. Vinicius disse que a equipe da SDE havia reprovado os usuários que continham
120 inconsistências mais sérias, e a equipe da UNISUL havia então utilizado todos os usuários



121 restantes cadastrados para a elaboração do Plano. Quanto à ratificação do Plano por parte do
122 Conselho, o Sr. Vinicius Constante esclareceu que, apesar de ser um procedimento a mais
123 adotado em Santa Catarina, a legislação federal dispõe que a aprovação do Plano de Bacia é
124 atribuição do Comitê de Bacia; e seguiu com a leitura da minuta de Resolução CERH nº 48 de
125 2020. A Conselheira Patrice perguntou se a minuta de Resolução CERH nº 48 de 2020 havia
126 sido apreciada pela CTIL. O Sr. Vinicius Constante respondeu que a CTIL já havia se
127 manifestado pela aprovação desde padrão de minuta de Resolução que fora utilizado
128 anteriormente; e perguntou sobre a possibilidade de transformar a Câmara Técnica do Plano
129 Estadual para analisar os Planos de Bacias. O Professor Héctor reiterou que o objeto de votação
130 naquele momento seria a parte estratégica do Plano. Disse que, apesar das críticas e sugestões
131 técnicas apontadas pelos Conselheiros a partir da apresentação, talvez os programas específicos
132 contidos no Plano não sofreriam alterações. Já as questões relacionadas à Outorga, por exemplo,
133 ainda passariam por discussão e aprovação na CTORH. O Diretor Leonardo concordou com o
134 Prof. Héctor e passou a palavra ao Consultor Vinicius Ragghianti, que informou achar que as
135 dúvidas existentes sobre o cadastro de usuários e os dados utilizados foram esclarecidas pelo
136 Sr. Vinicius e Sra. Gisele; que alguns aspectos pontuais levantados sobre a regionalização
137 poderiam ser revisados, além de que o processo no SADPLAN é acompanhado e monitorado
138 todos os anos pela equipe da SDE; e finalizou afirmando que possíveis alterações das vazões
139 de referência quando discutidas futuramente na Câmara Técnica específica não alterariam os
140 programas e metas propostos no Plano – objeto de votação naquele momento. O Sr. Guilherme
141 Miranda e o Prof. Adilson concordam com o Prof. Héctor sobre a necessidade de uma maior
142 discussão, por exemplo, sobre a vazão de referência na Câmara Técnica específica. Em seguida,
143 o Diretor Leonardo colocou em votação a ratificação da parte estratégica do Plano de Bacia do
144 Urussanga, que foi aprovada por unanimidade pelos Conselheiros presentes. O Diretor
145 Leonardo passou então para o item seguinte de pauta, sobre a **Indicação de representantes**
146 **para compor o grupo de trabalho para acompanhamento, monitoramento e controle da**
147 **execução do plano de capacitação Progestão / Procomites.** O Sr. Vinicius Constante
148 brevemente explanou sobre essa demanda, e disse que a SDE pretende iniciar esses trabalhos
149 entre janeiro e fevereiro de 2021, sugerindo que os representantes para esse grupo de trabalho
150 fossem indicados dentro de aproximadamente 15 dias. O Sr. Ricardo disponibilizou o FCCBH
151 para ocupar uma das vagas e disse que indicará os representantes por correspondência. A Sra
152 Carline, após sugestão da Sra. Patrice, disse que, se for da vontade dos Conselheiros, pode
153 solicitar representantes ao IMA. O Sr. Guilherme foi indicado no chat, disse que pode
154 contribuir mas acha a Secretaria de Estado da Agricultura mais indicada à disponibilizar
155 representantes nesse assunto em específico. Todos os Conselheiros concordaram com a
156 indicação de representantes a partir do FCCBH, do IMA e da Secretaria de Estado da
157 Agricultura. O Diretor Leonardo passou então para o item seguinte de pauta, sobre a **Minuta**
158 **de Resolução CERH nº 47 de 2020, que Cria a Câmara Técnica de Segurança Hídrica,**
159 justificando brevemente essa demanda e passando a palavra para o Sr. Vinicius Constante para
160 a leitura da minuta. A Sra. Patrice, sugeriu que essa Resolução passasse antes pela CTIL e
161 retornasse com um parecer. O Prof. Héctor sugeriu que a Secretaria de Estado da Infraestrutura
162 e CELESC participassem também dessa Câmara Técnica; e sugeriu que não fossem
163 especificadas outras entidades que “poderiam” participar além das entidades que constituem o
164 próprio CERH, pois o regimento interno já prevê essa possibilidade. A Sra. Ana Cristina
165 concorda com a Conselheira Patrice sobre a tramitação do processo, e com o Prof. Héctor
166 quanto ao parágrafo terceiro, e disse ter sentido falta de um olhar relacionado ao programa
167 VIGIAGUA, que é o programa de qualidade de água para o consumo humano. Complementou



168 que, sempre que o assunto tenha relação com segurança hídrica envolvendo o consumo humano
169 de água tratada, a comissão estadual do Programa VIGIAGUA deveria ser convocada. O Sr.
170 Vinicius Constante disse que a composição da Câmara Técnica proposta estava totalmente
171 aberta para sugestões, sendo exatamente um dos assuntos a serem discutidos na reunião daquela
172 plenária. A Sra. Patrice sugeriu que o Secretário Executivo do CERH levasse essas
173 considerações à CTIL para revisão e comparação com o regimento interno antes da minuta de
174 Resolução retornar novamente ao CERH. Todos os Conselheiros presentes concordaram. O
175 Diretor Leonardo passou então para o item seguinte de pauta, sobre a **Minuta de Resolução**
176 **CERH nº 44 de 2020, que revoga as Resoluções Conjuntas CERH/SEMA nº 39 e 41/2020,**
177 passando a palavra para a leitura do Sr. Vinicius Constante. O Prof. Héctor então perguntou se,
178 a partir da revogação das Resoluções 39/2020 e 41/2020, os usuários voltariam a ser atendidos
179 pela Resolução 03 de 2014; e se essa exigência não acabaria dificultando o processo, já que os
180 usuários precisariam apresentar uma série de documentos. O Sr. Vinicius respondeu que a
181 Resolução 03 de 2014 voltaria a ser a referência, e que o processo de autorização de perfuração
182 de poços não é complicado, uma vez que os técnicos da SDE não dão conta da demanda
183 existente de pedidos. A Sra. Gisele complementou que a Resolução nº 39 trouxe um prazo de
184 90 dias para a apresentação da documentação complementar, demandando uma segunda análise
185 de cada processo; e explicou que a autorização de perfuração é emitida com um prazo de 90
186 dias, ao invés dos 12 meses segundo a Resolução 03 de 2014. Explicou ainda que o novo
187 sistema de outorga a ser implantado em 2021 está adaptado à Resolução 03 de 2014. O
188 Conselheiro Guilherme Miranda sugeriu que a operacionalidade da Resolução 39 de 2020
189 deveria ter sido melhor planejada pelo órgão gestor. O Diretor Leonardo agradeceu o
190 apontamento, mas lembrou que a emissão dessa Resolução em 2020 foi importante para
191 viabilizar os pedidos de perfuração de poços feitos durante a pandemia do novo coronavírus,
192 onde diversos órgãos e instituições encontravam-se fechados ou em regime de trabalho remoto.
193 Complementou ainda que a flexibilização desses pedidos naquele momento era de extrema
194 importância, pois Santa Catarina passava também por um período de estiagem, razão pela qual
195 muitos produtores rurais necessitavam de autorização para perfuração de poços. E finalizou
196 justificando que o retorno gradual das atividades temporariamente interrompidas devido à
197 pandemia do novo coronavírus, aliado ao novo sistema de outorga a ser lançado no início de
198 2021, reduzem a necessidade de procedimentos excepcionais para solicitação de Autorização
199 Prévia para Perfuração de Poço. A Sra. Patrice concordou com o Diretor Leonardo e lembrou
200 também que a motivação para a Resolução 39 de 2020 havia partido da agroindústria e das
201 concessionárias de abastecimento público. Quanto à Minuta de Resolução CERH nº 44 de 2020,
202 sugeriu que fossem simplificados os “considerandos”, subtraindo o que mencionava o novo
203 sistema de outorga e adicionando um “considerando” que atente sobre o retorno gradual das
204 atividades temporariamente interrompidas devido à pandemia do novo coronavírus. O Prof.
205 Héctor compartilhou as mesmas observações da Sra. Patrice. Naquele momento, o Secretário
206 Executivo do CERH verificou que não havia mais quórum na reunião, com a saída de alguns
207 participantes. Portanto os Conselheiros concordaram que não seria possível colocar a Minuta
208 de Resolução CERH nº 44 de 2020 e as sugestões apresentadas em votação, e a Sra. Patrice
209 sugeriu que a Minuta fosse revisada em reunião da CTIL e entrasse como primeiro item de
210 pauta na próxima RO do CERH. O Sr. Vinicius Constante atentou que a não revogação das
211 Resoluções 39 de 2020 e 41 de 2020 poderiam confundir os usuários do novo sistema de
212 outorga a ser lançado em 2021; justificando que talvez fosse necessário a emissão de Resolução
213 Ad Referendum sobre a matéria. O Conselheiro Rogério, pediu a palavra para perguntar sobre
214 a situação dos agricultores que solicitaram o pedido de outorga antes do Projeto de Lei



215 recentemente aprovado pela ALESC que isenta de taxa os futuros pedidos de outorga. O
216 Diretor Leonardo agradeceu a colocação e disse que a SDE estava ciente sobre o Projeto de
217 Lei. Disse ainda que o Projeto de Lei passará pela SDE para parecer que apontará essa questão,
218 além de outras inconsistências que já haviam sido identificadas pela equipe. Apesar da reunião
219 não possuir mais quórum, o Diretor Leonardo passou para o **próximo item de pauta sobre o**
220 **planejamento de datas para as RO do CERH em 2021**. Como sugestão, ficou acordado
221 entre os Conselheiros presentes as datas que haviam sido propostas na pauta, antecipando em
222 uma semana a reunião de 28/10/2021 por esse dia se tratar do dia do Funcionário Público, o
223 que provavelmente será ponto facultativo no Estado. **Seguindo para os Assuntos Gerais**, o
224 Sr. Vinícius Constante explicou sobre a reunião da CTIL que havia ocorrido no dia anterior
225 onde determinou-se que as análises dos Regimentos internos dos Comitês do Estado serão
226 realizadas nas próximas reuniões da CTIL em blocos de 4 Comitês, para então encaminhá-los
227 às RO do CERH do decorrer de 2021. Quanto ao Regimento interno do CERH, explicou que o
228 Grupo técnico formado para análise e proposta de revisão ainda precisa finalizar os trabalhos
229 para encaminhar à CTIL. A Sra. Patrice informou que o Grupo técnico formado por ela, e os
230 Conselheiros Guilherme, Prof. Héctor e Sra. Gisele, espera finalizar uma minuta de proposta
231 em tempo da próxima RO do CERH, e que o procedimento de análises na Plenária será
232 organizado conforme ocorreu a revisão do Regimento interno do CONSEMA. O Prof. Héctor
233 e a Sra. Gisele, enfatizaram que houve muitas reuniões e análises legais sobre o assunto, e
234 esperam que o resultado será satisfatório. A Sra. Aline Antunes, do Comitê Camboriú,
235 perguntou ao Sr. Vinícius Constante se há previsão de data para o primeiro encaminhamento
236 de análise dos Regimentos internos do Comitês; e qual seria a ordem das análises. O Sr.
237 Vinícius respondeu que o primeiro encaminhamento é esperado a partir da segunda RO do
238 CERH em 2021, e que o primeiro grupo de Regimentos internos a ser analisado será referente
239 aos quatro Comitês do Oeste catarinense (Antas, Chapecó, Jacutinga e Peixe), por entender de
240 estes encontram-se mais completos e afinados com as resoluções e legislações pertinentes; os
241 demais seguirão por ordem de submissão. Em seguida, a Sra. Gisele explanou sobre o
242 Lançamento do Sistema de Outorga com previsão para início de janeiro de 2021, que será uma
243 etapa automática do sistema, respondendo algumas dúvidas dos Conselheiros Ricardo Marcelo
244 e Patrice. Os Conselheiros Ricardo sugeriram que fosse inicialmente lançado uma versão Beta
245 do sistema enquanto os Comitês, que estariam de férias no início de janeiro, fossem
246 primeiramente capacitados. A capacitação viabilizaria um maior auxílio aos produtores rurais,
247 evitando que eles precisassem contratar consultoria, elevando ainda mais os custos do processo
248 para eles. O Conselheiro Rogério concordou. A Sra. Gisele respondeu que a capacitação e o novo
249 sistema em operação podem ocorrer simultaneamente; e que o processo de outorga
250 necessariamente exige um profissional habilitado, com emissão de ART. Complementou que
251 existe uma demanda enorme de pedidos de perfuração de poços, e maior será o benefício e
252 agilidade do processo se o novo sistema entrar em operação o quanto antes. E finalizou
253 explicando que será lançado um módulo de treinamento com manuais para preenchimento do
254 sistema. O Sr. Ricardo complementou que sua consideração dizia respeito aos processos mais
255 simples, como o cadastro e a dispensa, e não à necessidade do profissional habilitado nos
256 processos de outorga. A Sra. Patrice concordou, e o Sr. Guilherme reiterou que considera
257 fundamental o lançamento inicial de versão Beta enquanto ocorre uma capacitação pelo Estado
258 todo. A Sra. Gisele respondeu que o novo sistema permanece muito similar do sistema já
259 existente, mas agilizará a comprovação do cadastro através da submissão de documentos, a
260 criação de processo junto ao SGPE, e a triagem dos processos; e falou ainda que a entrega
261 contratada no novo sistema vai ser escalonada. O Prof. Héctor sugeriu que fosse inicialmente



262 testado o sistema com as solicitações que aguardam análise. O Diretor Leonardo agradeceu as
263 sugestões e contribuições, e falou que o sistema está em desenvolvimento e sendo planejado
264 por bastante tempo, pela equipe da SDE e pela empresa do RS que possui muita experiência
265 na área. Seguindo para os próximos inscitos, o Conselheiro Ricardo solicitou a inclusão do
266 Fórum Catarinense de Comitês de Bacias Hidrográficas (FCCBH) como instituição integrante
267 da Comissão Técnica de Assuntos Legais e Institucionais (CTIL) e da Comissão Técnica da
268 Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai (CTRU); Requereu a tramitação no CERH da atualização
269 da Resolução 1/2012, no art. 5, com os nomes atuais dos Comitês, e que essa Câmara Técnica
270 possa ser retomada no início de 2021, com o chamamento de uma reunião; Requereu ainda um
271 relatório com todas as comissões ativas junto ao CERH, com a relação dos membros que
272 compõe cada uma; e solicitou a atualização da página do CERH. O Prof. Héctor compartilhou
273 da solicitação de atualização da página do CERH; e reiterou a importância de realizar
274 campanhas para o cadastramento de usuários no sistema, independentemente da existência do
275 Plano de Bacia, pois a pouca representatividade de usuários cadastrados dificulta muito a
276 elaboração dos Planos. O Diretor Leonardo agradeceu e concordou com o comentário. Em
277 seguida, o Conselheiro Guilherme solicitou que a ABRH participasse da CTORH, e o Diretor
278 Leonardo agradeceu a solicitação. O Senhor Gilmar Capelari comentou sobre o Parque
279 Inundável Multiuso, que resolveria o problema de insegurança hídrica existente na Bacia do
280 Rio Camboriú, porém explicou que o pedido de licenciamento ambiental está há 12 meses
281 aguardando análise no IMA. E finalizou solicitando ao Diretor Leonardo ou Secretário Celso
282 uma gestão sobre o processo junto ao IMA para manifestação sobre o pedido de licenciamento
283 ambiental. O Diretor Leonardo disse estar acompanhando o processo, e respondeu que faria
284 uma solicitação formal ao IMA pela celeridade de manifestação. Não havendo mais
285 considerações, o diretor Leonardo finalizou a reunião agradecendo a presença de todos, e
286 reconhecendo o trabalho desenvolvido por todos durante o ano de 2020, sob condições
287 especialmente desafiadoras. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, por Milton
288 A. Uba de Andrade Junior, de acordo com as anotações e transcrição do áudio realizadas
289 durante a 57ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

290

291 Florianópolis, 17 de dezembro de 2020.

292

293

294

295

Milton A. Uba de Andrade Junior

296

Secretario Executivo do CERH

297